



# CÂMARA MUNICIPAL DE IJUÍ

PODER LEGISLATIVO  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PARECER Nº: 043/2021

PROCESSO Nº: 1.021/2021

AUTOR: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

RELATOR: JOSÉ RICARDO ADAMY DA ROSA

MATÉRIA: PROJETO DE LEI

DATA: 18.06.2021

PARECER: FAVORÁVEL

*Ementa: “Autoriza a contratação por tempo determinado de necessidade temporária de profissionais Médico Geral Comunitário, por excepcional interesse público, e dá outras providências.”.*

### 1. RELATÓRIO

A matéria em análise tramita nesta Casa Legislativa, sob a forma de projeto de Lei, por iniciativa do Poder Executivo Municipal, e autoriza a contratação por tempo determinado de necessidade temporária de profissionais Médico Geral Comunitário, por excepcional interesse público, e dá outras providências.

Conforme consta na mensagem do projeto, este versa sobre a contratação por tempo determinado de Médico Geral Comunitário, para exercer atribuições nas Unidades de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde.

A pandemia global do novo Coronavírus (COVID-19) tem trazido dificuldades e várias medidas precisaram ser tomadas em todas as esferas públicas do Brasil, com o intuito da prevenção e do enfrentamento de tal demanda.

Para enfrentamento da pandemia já foram tomadas diversas medidas a nível nacional e municipal, desde o uso de máscaras e álcool gel, até o isolamento social. A mais recente medida foi a vacinação da população, medida de excepcional interesse público e que visa a promoção da saúde e a prevenção de agravos e maior ocupação de leitos como vem ocorrendo.

Contudo, a demanda ainda existe e a ausência de profissionais na rede pública de saúde é uma constante no Brasil. Ademais, houve a necessidade de ampliação de atendimentos, mas não houve a possibilidade de ampliação de pessoal na mesma proporção.

Combinado a isso, o fato de profissionais da saúde atuarem em cargas horárias elevadas com a finalidade de atendimento da demanda causada pela pandemia, além da exposição ao vírus, existe a possibilidade e a ocorrência de adoecimento, o que faz com que muitos afastem-se do labor.

Diante disso, deve-se considerar que a capacidade reduzida de profissionais de saúde capazes de realizar o atendimento à população afeta diretamente a qualidade e eficácia dos atendimentos prestados. Deve-se pontuar, ademais, que a ausência de médicos implica diretamente na Saúde Pública do município, não suprimindo a demanda que é seu dever fornecer ao cidadão, conforme previsão expressa na Constituição Federal de 1988.

Considerando o disposto no inciso IX do art. 37 da Constituição da República e no inciso IV do art. 271 da Lei Municipal no 3.871, de 19 de novembro de 2001, que



## **CÂMARA MUNICIPAL DE IJUÍ**

### **PODER LEGISLATIVO**

### **ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

trazem em seu bojo que, em caráter de excepcionalidade, fica permitida a contratação por tempo determinado, para suprir necessidade temporária de excepcional interesse público.

As contratações acima relacionadas observarão a classificação dos candidatos que constam na listagem do Banco do Concurso Público nº 01/2020 e, caso essa medida não seja suficiente, mediante a realização de processo seletivo simplificado.

Nesse sentido, prezando pela saúde e segurança da população e considerando toda a urgência da matéria de pandemia global, prezando pela manutenção e continuidade dos serviços em saúde e atendimento à comunidade, vem propor o presente projeto de lei para autorização legislativa e posterior elaboração de edital de processo seletivo simplificado, a fim de suprir a demanda emergencial de médicos

O Projeto de Lei em tela encontra-se nesta Comissão, em atendimento as normas regimentais que disciplinam a sua tramitação, estando sob a responsabilidade desta Relatoria, para que seja apresentado o Parecer referente aos aspectos legais, financeiros e orçamentários gerados com o mesmo.

## **2. PARECER**

Em relação aos aspectos legais, o projeto de Lei está adequadamente proposto, conforme analisou a Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final.

No que se refere aos aspectos financeiros e orçamentários, o projeto está em conformidade com a legislação municipal relativa ao tema, sendo que as despesas serão suportadas pelo orçamento da Secretaria Municipal de Saúde.

No tocante à compatibilidade do aumento proposto com o Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, segundo que dispõe o art. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF) considera-se compatível, pois contemplam o programa com sua ação específica para que o aumento de despesa proposto possa ser realizado.

Já em relação à adequação orçamentária, o art. 16 e 17 § 1º, inciso II da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF) entende que estará adequada a despesa quando a mesma houver dotação específica e suficiente.

O estudo de Impacto Orçamentário Financeiro evidência que existe suficiência de recurso orçamentário para fazer frente à totalidade da despesa para o exercício de 2021.

## **3. CONCLUSÃO**

Considerando os fundamentos legais, financeiros e orçamentários expostos acima e o debate do Processo, esta Relatoria resolve exarar este Parecer de forma favorável à aprovação deste Projeto de Lei.

É o Parecer,  
S. M. J.



**CÂMARA MUNICIPAL DE IJUÍ**  
**PODER LEGISLATIVO**  
**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

SALA DAS COMISSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE IJUÍ, EM 18  
DE JUNHO DE 2021.

José Ricardo Adamy da Rosa,  
Vereador/Presidente/Relator.

Cleuton Antunes Rolim,  
Vereador/Vice-Presidente.

Adalberto de Oliveira Noronha,  
Vereador.

Paulo Roberto Fernandes Braga,  
Vereador.

Ubiratan Machado Erthal,  
Vereador.